



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO E. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

URGENTE

PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR

REF. EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO COM REGISTRO DE PREÇO: Nº 053/2023.

REPRESENTANTE: VR BENEFÍCIOS E SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO S.A.

REPRESENTADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO CALCÁRIO - CISREC

DATA DESIGNADA PARA A ABERTURA DO PREGÃO: 29/11/2023 ÀS 10:00h.

VR BENEFÍCIOS E SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO S.A. (“VR Benefícios”), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.535.864/0001-33, estabelecida na Avenida dos Bandeirantes 460 – Brooklin Paulista – São Paulo/SP, CEP 04553-900, e-mail licitacao@vr.com.br, vem, tempestivamente, por seu procurador, Thiago Amaral da Silva, Advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 6326507, inscrito no CPF/MF sob o nº 120.361.057-26 e na OAB/ES nº 19.502, propor a presente,

REPRESENTAÇÃO (COM PEDIDO DE LIMINAR)

contra o **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO COM REGISTRO DE PREÇO Nº 053/2023**, a ser realizado pelo **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO CALCÁRIO - CISREC**, pelos motivos que passa a expor.



DO CABIMENTO DA REPRESENTAÇÃO

Antes de evidenciar as ilegalidades presentes no Edital, faz-se necessário demonstrar o cabimento da presente representação e a competência do E. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE/MG) para decidir sobre a questão ora apresentada, que trata da possibilidade de grave dano ao erário em decorrência do processo do Pregão Eletrônico com Registro de **Preço nº. 053/2023 do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO CALCÁRIO - CISREC.**

Nesse sentido, o art. 113, da Lei nº 8.666/1993, prevê expressamente a competência dos tribunais de contas para realizar o controle das despesas decorrentes dos contratos e demais instrumentos regidos pela lei em questão:

“Art. 113. O controle das despesas decorrentes dos contratos e demais instrumentos regidos por esta Lei será feito pelo Tribunal de Contas competente, na forma da legislação pertinente, ficando os órgãos interessados da Administração responsáveis pela demonstração da legalidade e regularidade da despesa e execução, nos termos da Constituição e sem prejuízo do sistema de controle interno nela previsto.”

Pelo exposto, resta evidente o cabimento da representação perante esse I. Tribunal para tratar de questões que possam caracterizar danos ao erário e afronta a legislação nacional.

DOS FATOS

Trata-se de Representação contra as irregularidades existentes no Edital do Pregão Eletrônico com Registro de Preço nº. 005/2023, do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO CALCÁRIO - CISREC, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO, EMISSÃO E FORNECIMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO, NA FORMA DE CARTÕES MAGNÉTICOS COM CHIP DE IDENTIFICAÇÃO, EM QUANTIDADE VARIÁVEL PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS PARA**



AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS CREDENCIADOS.

A contratação pretendida, visa atender ao quantitativo estimado de 26.699 (vinte e seis mil e setecentos e nove) servidores, com valor de contrato, para o período de 12 (doze) meses, estimado em R\$ 41.169.858,00 (quarenta e um milhões cento e sessenta e nove mil oitocentos e cinquenta e oito reais).

A contratação em tela está eivada das seguintes irregularidades, havendo interesse público na apuração dos fatos pelo Tribunal de Contas.

DA AFRONTA A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.108/22 CONVERTIDA NA LEI 14.442/2022

Antes de narrar os fatos específicos associados ao certame ora questionado, é importante destacar mudanças recentes no contexto das contratações, por órgãos administrativos, de serviços de gerenciamento de benefícios de vale-refeição e vale-alimentação.

Até o ano de 2021, a prática comum para referidas contratações era a realização de licitação na modalidade pregão, adotando-se como critério de julgamento o maior desconto apresentado pelas empresas licitantes sobre o valor contratado.

No entanto, com o advento do Decreto Federal nº 10.852/2021 e da Lei nº. 14.442/2022, a prática de descontos sobre o valor contratado foi vedada, conforme art. 175 do Decreto nº 10.852/2021 e arts. 3º e 5º da Lei nº. 14.442/2022, abaixo:

Art. 175. As pessoas jurídicas beneficiárias, no âmbito do contrato firmado com fornecedoras de alimentação ou facilitadora de aquisição de refeições ou gêneros alimentícios, não poderão exigir ou receber qualquer tipo de deságio ou imposição de descontos sobre o valor contratado, prazos de repasse que descaracterizem a natureza pré-paga dos valores a serem disponibilizados aos trabalhadores, ou outras verbas e benefícios diretos ou indiretos de qualquer natureza não vinculados diretamente à promoção de saúde e segurança alimentar do trabalhador.



Art. 3º O empregador, ao contratar pessoa jurídica para o fornecimento do auxílio-alimentação de que trata o art. 2º, não poderá exigir ou receber: I - qualquer tipo de deságio ou imposição de descontos sobre o valor contratado;

Art. 5º A Lei nº 6.321, de 14 de abril de 1976, passa a vigorar com as seguintes alterações: “Art. 1º As pessoas jurídicas poderão deduzir do lucro tributável, para fins de apuração do imposto sobre a renda, o dobro das despesas comprovadamente realizadas no período base em programas de alimentação do trabalhador previamente aprovados pelo Ministério do Trabalho e Previdência, na forma e de acordo com os limites em que dispuser o Decreto que regulamenta esta Lei.

§ 4º As pessoas jurídicas beneficiárias não poderão exigir ou receber:

I - qualquer tipo de deságio ou imposição de descontos sobre o valor contratado;” (grifo nosso).

Nesse contexto, o modelo para contratação dos serviços de gerenciamento de benefícios alimentícios por órgãos administrativos está sendo rediscutido, haja vista a **impossibilidade de permissão de aceitação de taxas negativas ou desconto sobre o valor contratado.**

Importante salientar que, não basta se prender à análise do fato dos entes pertencentes à Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional, serem ou não inscritos e beneficiários do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), é necessário observar, contudo, que a Lei nº. 14.442/2022 também alterou o auxílio alimentação não vinculado ao PAT.

Vejamos a Lei nº. 14.442/2022:

Art. 2º As importâncias pagas pelo empregador a título de auxílio-alimentação de que trata o § 2º do art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, deverão ser utilizadas para o pagamento de refeições em restaurantes e estabelecimentos similares ou para a aquisição de gêneros alimentícios em estabelecimentos comerciais.

Art. 3º O empregador, ao contratar pessoa jurídica para o fornecimento do auxílio-alimentação de que trata o art. 2º desta Lei, não poderá exigir ou receber:

I - qualquer tipo de deságio ou imposição de descontos sobre o valor contratado;



II - prazos de repasse ou pagamento que descaracterizem a natureza pré-paga dos valores a serem disponibilizados aos empregados; ou

III - outras verbas e benefícios diretos ou indiretos de qualquer natureza não vinculados diretamente à promoção de saúde e segurança alimentar do empregado, no âmbito de contratos firmados com empresas emissoras de instrumentos de pagamento de auxílio-alimentação.

§ 1º A vedação de que trata o caput deste artigo não se aplica aos contratos de fornecimento de auxílio-alimentação vigentes, até seu encerramento ou até que tenha decorrido o prazo de 14 (quatorze) meses, contado da data de publicação desta Lei, o que ocorrer primeiro.

§ 2º É vedada a prorrogação de contrato de fornecimento de auxílio-alimentação em desconformidade com o disposto no caput deste artigo.

É importante lembrar que o descumprimento dessa proibição pode gerar multas e outras consequências legais:

Art. 4º A execução inadequada, o desvio ou o desvirtuamento das finalidades do auxílio-alimentação de que trata o § 2º do art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, pelos empregadores ou pelas empresas emissoras de instrumentos de pagamento de auxílio-alimentação, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cabíveis pelos órgãos competentes, acarretará a aplicação de multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a qual será aplicada em dobro em caso de reincidência ou de embaraço à fiscalização.

§ 1º Os critérios de cálculo e os parâmetros de gradação da multa prevista no caput deste artigo serão estabelecidos em ato do Ministro de Estado do Trabalho e Previdência.

§ 2º O estabelecimento que comercializa produtos não relacionados à alimentação do empregado e a empresa que o credenciou sujeitam-se à aplicação da multa prevista no caput deste artigo.

A não observância da vedação de ser ofertado descontos no preço contratado ensejará a aplicação de sanção pecuniária tanto para o ente tomador dos serviços quanto para a respectiva administradora da gestão do vale e cartões, de modo que se não excluída a incorreção o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL D E SAÚDE E DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO CALCÁRIO - CISREC e a futura contratada suportarão as respectivas consequências, postos que terão responsabilidade solidária nas ilegalidades praticadas.



A Lei nº. 14.442/2022, de 5 de setembro de 2022, tem consigo uma série de mudanças significativas relacionadas ao auxílio alimentação oferecido fora do PAT, estendendo algumas regras do “Novo PAT” para a CLT, que foram inicialmente estabelecidas pelo Decreto 10.854/2021, em especial: vedação de deságio ou imposição de descontos sobre o valor contratado e prazos de repasse ou pagamento que descaracterizem a natureza pré-paga dos valores a serem disponibilizados aos empregados.

Este, aliás é o entendimento do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP), que em sede de análise prévia de edital publicado pela Câmara de Guaratinguetá/SP, assim se manifestou:

“TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - GABINETE DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO - ACÓRDÃO j00009245.989.22-3 - Exame Prévio de Edital. Representada: Câmara de Guaratinguetá. Representante: Verocheque Refeições Ltda. Assunto: Representação formulada em face do pregão presencial nº 2/2022, promovido pela Câmara de Guaratinguetá, tendo por objeto o fornecimento de vale-alimentação. EMENTA: REPRESENTAÇÃO CONTRA O EDITAL. PREGÃO PRESENCIAL. TAXA NEGATIVA. INDEFERIMENTO. A vedação ao oferecimento de taxa de administração negativa prevista no edital, mesmo por Entidades não filiadas ao PAT, não denota qualquer ilegalidade ao certame. TRECHOS DO VOTO: De fato, recorro que em nossa última reunião – dia 23 de março deste ano -, o Plenário, em acolhimento ao r. voto do Eminentíssimo Conselheiro Renato Martins Costa, aceitou a vedação à taxa negativa, especificamente porque naquela situação a CETESB, beneficiária ativa do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), estaria obrigada a atender aos parâmetros insculpidos no Decreto nº 10.854/21, cujo artigo 175 proíbe o recebimento de qualquer tipo de deságio ou imposição de descontos sobre o valor contratado (TC-5627.989.22-1). Todavia, compreendo que tal raciocínio possa ser estendido, de forma mais ampla, aos demais Entes promovedores dos certames, independentemente da inscrição naquele programa. Aliás, esta inteligência não é nova, haja vista que conta, há tempos, com a simpatia especial do Eminentíssimo Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues, como retratado nas notas taquigráficas do TC-015950.989.19-4 (Pleno de 31/7/2019), ao indagar se seria razoável a Administração, do ponto de vista ético, ser parceira das empresas oligopolizadas deste setor, da mesma forma que soaria estranhíssimo, agora do ponto de vista moral, que a disputa ocorresse entre grupos fortíssimos e que a Prefeitura ou o Estado abocanhasse uma parte desses rendimentos. Como forma de contribuir a este debate, agrego a este contexto que aparentes “prejuízos” decorrentes da concessão de



desconto na taxa de administração, por óbvio, não seriam assumidos pelos prestadores do serviço, mas sim, ao menos em certa medida, repassados aos usuários finais – no caso, os servidores da Câmara. Em outras palavras, haveria uma “usurpação” da finalidade precípua da prestação, haja vista que os seus destinatários estariam impedidos, na prática, do recebimento de tais benefícios pelos valores reais de mercado. Veja-se que se a intenção do Decreto nº 10854/21 foi proteger o trabalhador com a vedação, nada mais justificável, até pelo aspecto de isonomia, estendê-la aos demais beneficiários, mesmo que empregados em entidades não filiadas ao PAT. A propósito, nesta linha foram as palavras pronunciadas pelo Eminentíssimo Conselheiro Renato Martins Costa naquela oportunidade já mencionada, ao pontuar que, “se a regulamentação federal do PAT caminhou por aí, é um reforço enorme na interpretação da inconveniência, em qualquer circunstância, da adoção de taxa zero ou negativa”.

Com efeito, o E. TCE/SP já percorre as trilhas daquilo que a Lei 14.442/2022 veio a sedimentar, ao estender a aplicação das vedações impostas pelo Decreto Federal nº. 10.854/2021 ainda que não inscrito no PAT.

De igual modo, o Pleno do E. Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR), recentemente, determinou a instauração de Incidente de Prejudicado, com a finalidade de firmar jurisprudência a respeito da aplicabilidade da restrição contida no artigo 3º da Lei nº. 14.442/2022. Vejamos:

TCE-PR reavaliará legalidade da taxa de administração negativa em contratos. O Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) determinou a instauração de Incidente de Prejudicado, a ser relatado pelo conselheiro Ivens Linhares, com a finalidade de firmar jurisprudência a respeito da aplicabilidade, ou não, da restrição contida no artigo 3º da Lei nº 14.442/2022 em relação à administração pública. O referido dispositivo proíbe os empregadores participantes do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), ao contratarem empresas fornecedoras de cartões de auxílio-alimentação, de exigirem ou receberem qualquer tipo de deságio ou imposição de descontos sobre o valor acordado em contrato - o que também é conhecido como taxa de administração negativa. Representação. A necessidade de se elaborar um Prejudicado do TCE-PR a respeito do assunto foi levantada em parecer emitido pelo Ministério Público de Contas (MPC-PR) no âmbito do Processo nº 372431/22, relativo a Representação da Lei nº 8.666/1993 formulada junto à Corte diante da Prefeitura de Santo Inácio. Nesses autos, a empresa Berlin Finance Meios de Pagamentos Ltda. demandou a suspensão liminar do Pregão Eletrônico nº 32/2022, promovido por



aquele município da Região Norte do Paraná para contratar fornecedora de cartões de vale-alimentação destinados a seus servidores públicos municipais. O motivo foi a impossibilidade de os licitantes proporem taxa de administração negativa para participar do certame. Em agosto do ano passado, o Pleno do TCE-PR homologou medida cautelar emitida pelo relator do processo, conselheiro Ivan Bonilha, para interromper o andamento da disputa, haja visto que, até então, a jurisprudência do TCE-PR, amparada inclusive por entendimento firmado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), considerava possível a cobrança de taxa negativa, já que as empresas prestadoras desse tipo de serviço teriam outras fontes de receita, o que não tornaria as propostas inexequíveis. No entanto, a decisão é anterior à publicação da já citada Lei nº 14.442/2022, a qual, por exemplo, levou o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) a estender, em recente acórdão, a aplicabilidade de seu artigo 3º a todas as entidades da administração pública, independentemente de inscrição no PAT - isto é, no sentido de proibir a cobrança de taxa de administração negativa em contratos do tipo sob quaisquer circunstâncias. Decisão. Por essa razão, o conselheiro Ivan Bonilha, a despeito de ter defendido, por ora, a manutenção da medida cautelar que suspendeu a licitação de Santo Inácio, manifestou-se pela instauração de Incidente de Prejudicado sobre o assunto. Os demais membros do órgão colegiado do Tribunal acompanharam, de forma unânime, o voto do relator na sessão ordinária nº 1/2023, realizada em 2 de fevereiro. A decisão está contida no Acórdão nº 3/23 - Tribunal Pleno, veiculado no dia 8 do mesmo mês, na edição nº 2.918 do Diário Eletrônico do TCE-PR (DETC). Serviço. Processo nº: 372431/22. Acórdão nº: 3/23 - Tribunal Pleno. Assunto: Representação da Lei nº 8.666/1993. Entidade: Município de Santo Inácio. Interessados: Berlin Finance Meios de Pagamentos Ltda., Ciro Yuji Koga e Geny Violato. Relator: Conselheiro Ivan Lelis Bonilha. Autor: Diretoria de Comunicação Socia. Fonte: TCE/PR. (Site: <https://www1.tce.pr.gov.br/noticias/tce-pr-reavaliara-legalidade-da-taxa-de-administracao-negativa-em-contratos/10252/N>).

Também o E. Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE/PE), sobre o tema, assim se manifestou:

IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO Número: 23100053-4 Órgão: Suape - Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros GABINETE DO CONSELHEIRO CARLOS PORTO A proibição de propostas com taxa negativa está prevista no item 5.5.22 do Termo de Referência e foi fundamentada no Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021, Medida Provisória nº 1.108 de 25 de março de 2022 e Lei nº 14.442, de 02 de setembro de 2022. A Medida Provisória nº 1.108/2022 foi convertida na Lei nº 14.442, de 2 de setembro de 2022. A partir da exposição dos motivos da MP nº 1.108/2022, observa-se que a intenção do legislador foi no sentido de coibir a cobrança de taxas abusivas pelas



empresas gerenciadoras junto aos estabelecimentos comerciais credenciados, induzindo, desta forma, que a concorrência entre as empresas do setor, ocorra com a ampliação da rede conveniada, para melhor atender ao trabalhador beneficiário e não mais com a oferta de descontos ou condições aos empregadores contratantes dos serviços: "19. Outra consequência adversa do modelo de arranjos de pagamento no âmbito do Programa de Alimentação do Trabalhador é a possibilidade de concessão de taxas negativas ou deságio, pelas empresas emissoras dos vales refeição e alimentação, às pessoas jurídicas beneficiárias que recebem isenção tributária para implementar programas de alimentação a seus trabalhadores. Essa prática deturpa a política pública ao beneficiar duplamente as empresas beneficiárias. Ao conceder taxas negativas às pessoas jurídicas beneficiárias, as empresas facilitadoras de aquisição de refeições e gêneros alimentícios equilibram essa "perda" exigindo altas taxas dos estabelecimentos comerciais credenciados, que de fato proveem a alimentação. Os trabalhadores, por sua vez, que deveriam ser os maiores beneficiários da política pública, se viram deslocados para a margem da política, enquanto as pessoas jurídicas beneficiárias ocupam o centro dela, ao ser beneficiado duplamente, com a isenção do imposto de renda e com as taxas de deságio concedidas pelas facilitadoras contratadas. 20. A medida ora proposta visa coibir essa prática, criando a proibição de cobranças de taxas negativas ou deságio tanto no âmbito do PAT quanto na concessão do auxílio alimentação de que trata o § 2º do art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho. Para implementação dessa vedação, é previsto um prazo de transição para que não ocorra insegurança jurídica em relação aos contratos vigentes." Com isso, instaurada licitação para fornecimento de vales alimentação e refeição sob o regime que veda o oferecimento de taxa negativa, a problemática se forma em torno da definição de critérios objetivos de julgamento (desempate) adequados, haja vista que a tendência é de que todas as licitantes apresentem taxa de administração igual a zero.

O tema da vedação de ofertas de deságio / taxas de desconto / taxas negativas, já foi, também, para a contratação da gestão de vale alimentação, seja para ente inscrito no PAT (Decreto nº. 10.854/2021), ou não (Lei nº. 14.42/2022), também já foi objeto de análise pelo E. Tribunal de Contas da União (TCU), quando do julgamento de Representação oferecida por esta representante, em sede de Edital de Credenciamento promovido pela INFRAERO. Vejamos:

Processo nº TC 016.816/2022-6. / Relator: Ministro Bruno Dantas. INSTRUÇÃO INICIAL DE REPRESENTAÇÃO COM PEDIDO DE CAUTELAR. Antes de enfrentar os outros aspectos questionados na representação, e com o intuito de melhor contextualizar a questão, registre-se que, a partir do Decreto 10.854/2021 e da Medida Provisória 1.108/2021, ficou



proibido o deságio na contratação de vales refeição e alimentação, bem como outras práticas que pudessem caracterizar a distinção das propostas em razão do valor das taxas de administração.

E mais. Quando da confecção do Acórdão (nº. 5495/2022 – TCU – 2ª Câmara) neste mesmo processo (Processo nº TC 016.816/2022-6.), o E. Tribunal de Contas da União reafirmou:

“Com relação ao questionamento do credenciamento enquanto instrumento de contratação do objeto em exame, a Selog destaca que, a partir do Decreto 10.854/2021 e da Medida Provisória 1.108/2021, proibiu-se o deságio na contratação de vales refeição e alimentação, ou taxa de administração negativa aplicada sobre valor dos aludidos benefícios. Com isso, inviabilizou-se o emprego do critério de julgamento do menor preço, em que as empresas competiam ofertando as menores taxas.”

Como se vê, o tema da aplicabilidade da Lei 14.442/2022 (assim como do Decreto Federal nº. 10.854/2022), já é objeto de análise do E. TCU desde ainda quando Medida Provisória (nº. 1.108/2022), se analisando situações quando ao estabelecimento de critérios de julgamento das propostas e de seu desempate, ou seja, dos efeitos de sua aplicação no processo licitatório.

É, portanto, cediço que o deságio na contratação de vales refeição e alimentação, ou taxa de administração negativa aplicada sobre valor dos aludidos benefícios é vedado.

Neste particular, é necessária a manifestação da ADMINISTRAÇÃO LICITANTE quanto ao fato do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL D E SAÚDE E DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO CALCÁRIO - CISREC publicar edital impondo a oferta de desconto sobre o valor contratado, infringindo a Lei nº. 14.442/2022.

Com efeito, como visto acima, diversos Tribunais de Contas já se manifestaram no sentido de rever editais de licitação que não atendem a Legislação referente a vedação de deságio para o vale alimentação, requerendo, neste particular, a ora representante, a revisão do presente tema pelo E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, com a finalidade de oferecer maior segurança jurídica às contratações deste objeto.

Repita-se: A Lei 14.442/2022, foi editada, com a missão de igualar as empresa e entes



pertencentes à Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional que estão inscritas ou não no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) em relação a algumas regras do auxílio alimentação.

No presente caso, importante o registro de que o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL D E SAÚDE E DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO CALCÁRIO - CISREC possui em seu quadro de pessoal celetistas, e que serão contemplados pelo serviço objeto do serviço pretendido pela presente contratação.

Vejamos a informação constante no Portal da Transparência do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL D E SAÚDE E DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO CALCÁRIO CISREC, obtido no endereço <https://ilai.memory.com.br/#/public/pessoal/servidor> (conforme abaixo):

Matricula	Servidor	Admissão	Lotação	Função	Situação Admissional	Situação Atual	Detalhes
65	APARECIDA LUIZA DA SILVA	13/02/2023	Venc. e Vantagens Fixas-Pessoal Civil	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	CONTRATADO	ATIVO	
57	JORDANIA APARECIDA BARBOSA	01/03/2022	Venc. e Vantagens Fixas-Pessoal Civil	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	CONTRATADO	ATIVO	
55	MAIZE ALVES COSTA	17/01/2022	Venc. e Vantagens Fixas-Pessoal Civil	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	CONTRATADO	ATIVO	
62	MARIA APARECIDA VIEIRA DA COSTA	09/01/2023	Venc. e Vantagens Fixas-Pessoal Civil	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	CONTRATADO	ATIVO	
64	RAFAELLE ROCHA DE OLIVEIRA PAIVA	16/01/2023	Convênio Farmacis	FARMACEUTICO	CONTRATADO	ATIVO	
66	THALLES FERREIRA DA SILVA	21/08/2023	Venc. e Vantagens Fixas-Pessoal Civil	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	CONTRATADO	ATIVO	



ilai.memory.com.br/#/public/pessoal/servidor

Dashboard - Sinerg... Meu perfil - Pontom... Conlicitação i-Ganhei | Cloud Service Now Número por Extens... #VemComVR - LICIT... Todos os favoritos

CISREC 2023 Compartilhar

Home Pessoal Licitações/Contratos Execução da Receita Execução da Despesa Despesa por Fornecedor Prestação de Contas Planejamento Orçamentário

Detalhes do Servidor

Home > Pessoal > Servidor > Detalhes

Decreto 7.724 Art. 7º Inciso VI - Remuneração e subsídio recebidos por ocupante de cargo, posto, graduação, função e emprego público, incluídos os auxílios, as ajudas de custo, os jetons e outras vantagens pecuniárias, além dos proventos de aposentadoria e das pensões daqueles servidores e empregados públicos que estiverem na ativa, de maneira individualizada, conforme estabelecido em ato do Ministro de Estado da Economia.

Detalhes

Nome Servidor: APARECIDA LUIZA DA SILVA	Matrícula: 65	Sexo: FEMININO
Data Nascimento: 22/10/1966	Admissão: 13/02/2023	Desligamento:
Lotação: Venc. e Vantagens Fixas-Pessoal Civil	Situação Admissional: CONTRATADO	Situação Atual: ATIVO
Regime Trabalhista: CELETISTA	Função: AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	

Folha de Pagamento

37°C Pred ensolarado Pesquisar VR

POR PTB 16:21 17/11/2023

ilai.memory.com.br/#/public/pessoal/servidor

Dashboard - Sinerg... Meu perfil - Pontom... Conlicitação i-Ganhei | Cloud Service Now Número por Extens... #VemComVR - LICIT... Todos os favoritos

Home Pessoal Licitações/Contratos Execução da Receita Execução da Despesa Despesa por Fornecedor Prestação de Contas Planejamento Orçamentário

Detalhes do Servidor

Home > Pessoal > Servidor > Detalhes

Decreto 7.724 Art. 7º Inciso VI - Remuneração e subsídio recebidos por ocupante de cargo, posto, graduação, função e emprego público, incluídos os auxílios, as ajudas de custo, os jetons e outras vantagens pecuniárias, além dos proventos de aposentadoria e das pensões daqueles servidores e empregados públicos que estiverem na ativa, de maneira individualizada, conforme estabelecido em ato do Ministro de Estado da Economia.

Detalhes

Nome Servidor: RAFAELLE ROCHA DE OLIVEIRA PAIVA	Matrícula: 64	Sexo: FEMININO
Data Nascimento: 12/12/1985	Admissão: 16/01/2023	Desligamento:
Lotação: Convênio Farmacis	Situação Admissional: CONTRATADO	Situação Atual: ATIVO
Regime Trabalhista: CELETISTA	Função: FARMACEUTICO	

Folha de Pagamento

© 2015 - 2023 - Memory | Software para Gestão Pública Municipal. Todos os direitos reservados

BRL/USD -0,79% Pesquisar VR

POR PTB 16:22 17/11/2023

Este documento foi assinado digitalmente por Thiago Amaral Da Silva.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 2CE8-A59D-06AE-B706.



ilal.memory.com.br/#/public/pessoal/servidor

Dashboard - Sinerg... Meu perfil - Pontom... Conciliação i-Ganhei | Cloud VR Service Now Número por Extens... VR VemComVR - LICIT... Todos os favoritos

CISREC 2023

Home Pessoal Licitações/Contratos Execução da Receita Execução da Despesa Despesa por Fornecedor Prestação de Contas Planejamento Orçamentário

Detalhes do Servidor

Home > Pessoal > Servidor > Detalhes

Decreto 7.724 Art. 7º Inciso VI - Remuneração e subsídio recebidos por ocupante de cargo, posto, graduação, função e emprego público, incluídos os auxílios, as ajudas de custo, os jetons e outras vantagens pecuniárias, além dos proventos de aposentadoria e das pensões daqueles servidores e empregados públicos que estiverem na ativa, de maneira individualizada, conforme estabelecido em ato do Ministro de Estado da Economia.

Detalhes

Nome Servidor: SUELEN CRISTINA RODRIGUES	Matrícula: 46	Sexo: FEMININO
Data Nascimento: 12/12/1992	Admissão: 15/04/2021	Desligamento:
Lotação: Comissionado	Situação Admissional: COMISSIONADO	Situação Atual: ATIVO
Regime Trabalhista: CELETISTA	Função: GERENTE DE LICITACOES	

Folha de Pagamento

37°C Pred ensolarado

Pesquisar

POR PTB

16:24 17/11/2023

Além dos funcionários sob regime celetista acima apontados, existem vários outros conforme discriminados no portal. Ocorre que, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL D E SAÚDE E DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO CALCÁRIO – CISREC em afronta a legislação acima, editou instrumento convocatório (Edital nº. 005/2023), com a aceitação de taxas negativas. Vejamos:

2.6 No percentual respectivo da Taxa de Administração proposta para a prestação dos serviços, na qual deverão estar incluídos os custos relativos à confecção e fornecimento, com tecnologia de chip eletrônico de segurança ou tecnologia equivalente ou superior (vale alimentação), observados os quantitativos constantes deste Termo de Referência;

2.7 Observadas as peculiaridades do mercado congênera, o licitante deverá apresentar a proposta com Taxa de Administração, expressa em percentual, incidente sobre o montante dos valores mensais e anuais dos créditos eletrônicos a serem consignados nos cartões eletrônicos, com tecnologia de chip eletrônico de segurança ou tecnologia equivalente e ou superior (vale alimentação) dos servidores municipais.

2.8 Admitir-se-á a cotação de Taxa de Administração de valor percentual negativo.

2.9 *A título de exemplificação: Taxa negativa- a Contratada tenha apresentado a proposta com taxa administrativa de 1,00% (um por cento) e que, no mês, o Contratante tenha solicitado créditos aos beneficiários no montante total de R\$ 1.000,00 (um mil reais), o valor apagar a Contratada será de R\$ 990,00 (novecentos e noventa reais)*

$$(R\$ 1.000,00 - 1,00\% = 990,00).$$

Importante que se esclareça que, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL D E SAÚDE E DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO CALCÁRIO - CISREC não cumpre a



legislação, neste particular.

Ou seja, deve ser revisto o edital para que deixe de permitir a oferta de taxa negativa, em atenção a expressa vedação da Lei nº. 14.442/2022.

As exigências como acima dispostas ferem expressamente a Lei 14.442/2022, devendo ser corrigidas por esta municipalidade por meio de decisão que determine a regular correção do EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º. 005/2023, o que desde já se requer.

Assim, vemos cristalinamente que o edital **DEVE** se submeter a nova Lei 14.442/2022 e ao Decreto 10.854/21, e, portanto, retificar a aceitação de taxa de desconto, tendo em vista a inviabilidade e ilegalidade do item.

DA MEDIDA CAUTELAR

O prazo para entrega da proposta no âmbito do **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO COM REGISTRO DE PREÇO N.º. 053/2023** se encerrará no dia 29/11/2023 às 10:00h, havendo clara urgência na apreciação da medida cautelar requerida.

Os requisitos para a concessão da medida, quais sejam, a fundada ameaça de grave lesão ao erário e a necessidade de assegurar a eficácia da decisão de mérito, estão presentes. Com relação à ameaça de grave lesão ao erário, a presença do requisito está demonstrada nos itens impugnados.

Restou demonstrada a ilegalidade do **Pregão Eletrônico com Registro de Preço nº. 053/2023** conduzido pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL D E SAÚDE E DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO CALCÁRIO – CISREC, levando à conclusão de que o Órgão está realizando em contrária e expressa violação legal, o que configura grave ameaça de lesão ao erário.

No que se refere à necessidade de assegurar a eficácia da decisão, considerando que o prazo para a entrega da proposta se encerrará no dia 29/11/2023 e, após essa etapa, a equipe de pregão já poderá iniciar os procedimentos de habilitação, a medida cautelar se mostra como o único modo de garanti-la.



Além disso, é imprescindível evitar que o procedimento alcance fase tão avançada, tendo em vista que, uma vez celebrado o contrato administrativo, o dano ao erário poderá ser irreversível.

DOS PEDIDOS

Diante do exposto, a “VR Benefícios” requer:

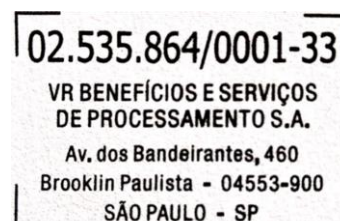
O conhecimento da presente Representação:

- 1) O deferimento da medida cautelar *inaudita altera parte*, determinando-se o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL D E SAÚDE E DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO CALCÁRIO – CISREC a suspensão do processo licitatório iniciado a partir do **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO COM REGISTRO DE PREÇO N.º. 053/2023**, até o julgamento de mérito da representação.
- 2) Seja a presente representação **JULGADA INTEIRAMENTE PROCEDENTE** para que o r. órgão retifique o Edital para que se abstenha de permitir a oferta de taxa negativa, em atenção a expressa vedação da nova Lei nº 14.442/2022 e ao Decreto nº 10.854/21.

Ademais, requer-se seja **REPUBLICADO** um novo instrumento convocatório com as devidas adequações, como forma de garantir a lisura do processo licitatório promovido pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL D E SAÚDE E DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DO CALCÁRIO – CISREC.

Termos em que, espera deferimento.

São Paulo, 23 de novembro de 2023.



VR BENEFÍCIOS E SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO S.A.

CNPJ/MF: 02.535.864/0001-33

Thiago Amaral da Silva

CPF/MF: 120.361.057-26

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal OAB. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://oab.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/2CE8-A59D-06AE-B706> ou vá até o site <https://oab.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 2CE8-A59D-06AE-B706



Hash do Documento

CB694DBC6D5539FBE7F90B1124A0E8E2D47C7511C30C9D481CDFBED5A7BA6076

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 24/11/2023 é(são) :

☒ Thiago Amaral Da Silva - 120.361.057-26 em 24/11/2023 16:37
UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

